

Ecosofia: práxis política

Ecosophy: political praxis

Ecosofía: praxis política

Bianca Panichi Orlandini¹

Guilherme Müller Junior²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1152>

Resumo

Este artigo, baseado no pensamento ecosófico de Félix Guattari com os desafios contemporâneos nas três ecologias. Ele demonstra a persistência de paradigmas guattarianos e explora a contribuição da práxis ecosófica para estabelecer objetivos comuns frente ao neoliberalismo e ao fascismo. A metodologia utilizada é a análise bibliográfica das obras de Guattari, As três ecologias e ¿Qué es la ecosofía? E dos estudos de Suely Rolnik e Larissa Drigo Agostinho sobre seu pensamento. Questiona-se se a práxis ecosófica pode romper com a lógica capitalista, abrindo caminho para um novo paradigma político, social, econômico, subjetivo e ecológico, e se ela pode fomentar a criação de devires como uma micropolítica do desejo que escape da lógica de mercado.

Palavras-chave: Ecosofia. Micropolítica do desejo. Práxis ecosófica. Capitalismo. Fascismo.

¹ Licenciada em filosofia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9404-9502>. E-mail: bianca_orlandini@hotmail.com.

² Professor Adjunto do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7644-6450>. E-mail: E-mail: guilhermemuller@uenp.edu.br.

Abstract

This article, based on Félix Guattari's ecosophical thought with contemporary challenges across the three ecologies. It demonstrates the persistence of Guattarian paradigms and explores how ecosophical praxis can contribute to establishing common goals in the face of neoliberalism and fascism. The methodology employed is a bibliographic analysis of Guattari's works, *The three ecologies* and *What is ecosophy?*, as well as studies by Suely Rolnik and Larissa Drigo Agostinho on his philosophy. The article questions whether ecosophical praxis can break free from capitalist logic, paving the way for a new political, social, economic, subjective, and ecological paradigm, and if it can foster the creation of becomings as a micropolitics of desire that transcends market logic.

Keywords: Ecosophy. Micropolitics of desire. Ecosophical praxis. Capitalism. Fascism.

Resumen

Este artículo, basado en el pensamiento ecosófico de Félix Guattari, analiza los desafíos contemporáneos en las tres ecologías. Demuestra la persistencia de los paradigmas guattarianos y explora la contribución de la praxis ecosófica para establecer objetivos comunes frente al neoliberalismo y al fascismo. La metodología utilizada es el análisis bibliográfico de las obras de Guattari, *Las tres ecologías* y *¿Qué es la ecosofía?*, y de los estudios de Suely Rolnik y Larissa Drigo Agostinho sobre su pensamiento. Se cuestiona si la praxis ecosófica puede romper con la lógica capitalista, abriendo camino para un nuevo paradigma político, social, económico, subjetivo y ecológico, y si puede fomentar la creación de devenires como una micropolítica del deseo que escape a la lógica de mercado.

Palabras Clave: Ecosofía. Micropolítica del deseo. Praxis ecosófica. Capitalismo. Fascismo.

Introdução

Desde seu advento, o capitalismo tem sido objeto de inúmeros estudos, tanto em defesa quanto em crítica. Diversos pensadores se dedicaram a construir argumentos que, ao destacar seus aspectos centrais, pudessem oferecer uma reflexão consistente sobre esse sistema e seus impactos sociais, econômicos, políticos, subjetivos e ambientais. Nesse contexto, o pensamento filosófico de Félix Guattari emerge como uma contribuição relevante, não apenas teórica, mas como uma práxis ecosófica. Em *As três ecologias*, Guattari propõe uma eco-lógica das intensidades que se opõe à lógica capitalista. Assim, o cerne da práxis ecosófica é a-significante e disruptivo em relação ao normal. Dessa forma, a pesquisa atual investiga a ecosofia e como o pensamento ecosófico de Guattari pode inspirar um novo paradigma político, social, econômico,

subjetivo e ecológico. O objetivo é relacionar esse pensamento aos desafios contemporâneos nas três ecologias, mostrando como certos paradigmas guattarianos persistem sob as mesmas máscaras e modos de operação. Além disso, busca-se compreender como a práxis ecosófica pode, hoje, auxiliar na construção de objetivos comuns e criativos diante do neoliberalismo e do fascismo.

A estrutura deste artigo foi desenvolvida a partir de alguns pontos primordiais para o desenvolvimento conceitual da ecosofia enquanto práxis política. O primeiro ponto desse artigo aborda as três ecologias de Guattari: mental, ambiental e social. Nele, exploramos o que Guattari (1990, p. 38) denomina princípio comum às três ecologias: a compreensão de que os territórios existenciais não são realidades isoladas e imutáveis. Pelo contrário, são vistos como precários, finitos e singulares, com a capacidade de se transformar. Essa transformação pode ser tanto em repetições prejudiciais quanto em uma abertura para a prática que os torne habitáveis por um projeto humano. Essa abertura constitui a essência da “eco” de Guattari, abrangendo todas as formas de gerenciar territórios existenciais, desde as relações íntimas até os grandes contextos da etnia, nação e direitos humanos.

Dada a compreensão dos princípios comuns às três ecologias, a pesquisa adota a metodologia de Guattari para conceber a práxis ecosófica. Guattari (1990, p. 38) esclarece que seu objetivo não é estabelecer regras universais, mas sim liberar as antinomias fundamentais entre os três níveis ecosóficos, ou, como preferimos, entre os três registros ecológicos e as três lentes discriminantes. Por fim, o percurso metodológico explora a concepção de Guattari sobre a ecosofia. Como o filósofo Stéphane Nadaud aponta em *¿Qué es la ecosofía?*, o título só pode ter uma resposta: a ecosofia é o nome que Guattari dá à sua experiência filosófica e política (militância). Os textos reunidos nessa obra, de fato, tratam do pensamento político e filosófico de Félix Guattari, o ecósofo.

No segundo ponto, a análise se volta para a lógica ecofascista, que se alavanca com as mesmas propriedades ilusórias do ecocapitalismo ou capitalismo verde — a falácia de que é possível unir exploração capitalista e preservação ambiental. Essa união se manifesta em uma lógica e economia de mercado. O ecofascismo, um desdobramento do fascismo, utiliza-se da mesma falácia do capitalismo verde, subvertendo a pauta ambiental através do autoritarismo e da subjugação de certos grupos por outros (a hegemonia do Norte Global e o subjugo do Sul Global). O ecofascismo também

promove o racismo, atrelado ao discurso do darwinismo social e com raízes no nazismo. Essas exposições sobre o ecofascismo são abordadas frente a um colapso ambiental, social e mental, sendo o ecofascismo, paradoxalmente, visto como uma resposta a esse colapso.

No segundo ponto do artigo, apresento como a micropolítica do desejo em contraste com a micropolítica do fascismo faz emergir um dos perigos apontados por Guattari, o fascismo. Dessa forma apresento como Carlos Taibo aponta em *Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo*, o ecofascismo busca enfrentar a escassez de forma eficiente através de uma diminuição rápida e contundente da população — uma política da morte, em termos autoritários. A crença de que a Terra está superpopulosa serve de justificativa central para o extermínio. Essa retórica se manifesta em programas governamentais diversos, como os de Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil. Tais governos, além de consistentemente negar a questão climática, visam lucrar com pautas ambientais. Diante desses desafios, o pensamento ecosófico surge não só como uma teoria e prática que se opõem a esses falsos argumentos capitalistas, mas também como um meio para romper com o próprio capitalismo.

A filosofia guattariana oferece, portanto, uma perspectiva inovadora para transcender as estruturas do sistema capitalista e, crucialmente, uma prática de ruptura e transição que vai além do pensamento liberal e ecofascista. A relevância da obra de Félix Guattari para compreender os complexos problemas que o capitalismo gera nas três ecologias é fundamental para desmascarar os argumentos falaciosos proferidos por negacionistas e defensores de uma economia liberal. Nesses termos, e em termos foucaultianos, a práxis ecosófica é a práxis para uma vida antifascista?³

³ Foucaultiano se refere à filosofia ou àquele que estuda a filosofia de Michel Foucault. Em meados de Maio de 1968, com toda efervescência política, a obra de Deleuze e Guattari, *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, ainda em estágio molecular-embrionário, aguarda o seu nascimento (1972). Foucault prefaciou a obra *O anti-Édipo*. No prefácio, Foucault concebe, “se poderia dizer que o Anti-Édipo é uma Introdução à vida não fascista” (p. XIII). Prefácio à edição americana de *O anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV.

As três ecologias

Na introdução de sua obra, *As três ecologias*, Guattari aborda os múltiplos aspectos da realidade que surgem das transformações tecnocientíficas, as quais, nesse contexto, geraram fenômenos de desequilíbrio ecológico. Guattari alerta que esses desequilíbrios, resultantes dessas transformações, podem “ameaçar a vida em sua superfície” (Guattari, 1990, p. 7). O filósofo lista alguns pontos que acompanham essas perturbações nas três ecologias: (1) a deterioração dos modos de vida humanos, tanto individuais quanto coletivos; (2) a redução das redes de parentesco; (3) o impacto do consumo de mídia na vida doméstica; e (4) a “ossificação” da vida conjugal e familiar por meio da padronização de comportamentos.

Guattari argumenta que a relação da subjetividade com sua exterioridade — seja ela social, animal, vegetal ou cósmica — está comprometida num movimento geral de implosão. A alteridade, para ele, perde sua aspereza, resultando em uma subjetividade que, ao interagir com o outro, se depara com a redundância de imagens e comportamentos. Isso gera uma homogeneização que mina a força, pois falta uma potência ou ação coletiva sólida que possa reverter esse estado de aspereza. A aspereza aqui significa o desacolhimento ou artificialidade da subjetividade em relação à alteridade, culminando na coisificação da vida em suas múltiplas formas. O mecanismo por trás dessa aspereza reside no condicionamento da subjetividade: atitudes individuais são moldadas pela lógica de consumo — uma semiótica dominante imposta pelo capitalismo — que as leva a se relacionar com a alteridade nesses mesmos termos. O neoliberalismo, por sua vez, aprofunda e empobrece ainda mais essa aspereza entre subjetividade e alteridade. Essa relação degradada se manifesta de inúmeras maneiras, não só entre humanos, mas também na relação humana com a sociedade, com outras culturas e com o meio ambiente.

No âmbito político, as instâncias executivas parecem incapazes de compreender a complexidade dessa problemática em sua totalidade. Guattari critica que, mesmo quando essas instâncias começam a ter uma consciência parcial dos perigos ambientais e sociais, geralmente preferem abordar os danos industriais sob uma perspectiva tecnocrática. Diante dessa crítica, Guattari aponta para uma saída crucial: a ecosofia, uma articulação ético-política viável. Ele sugere que somente a interação entre os três registros ecológicos — meio ambiente, relações sociais — o *socius* — e o campo da

subjetividade humana — pode verdadeiramente esclarecer essas questões. Nesses três registros, é possível reinventar novas formas de se relacionar para possibilitar a multiplicidade de existências e, assim, modificar o paradigma ético-estético-político das existências. A determinação da vida, dos seres e das subjetividades pela lógica deteriorante do mercado — que fixa e molda as relações — é um dos grandes interesses do capitalismo: desterritorializar e reterritorializar, invertendo os interesses sociais para interesses econômicos que operam ao nível privatizado e individual. Como Deleuze e Guattari expressam em *O Anti-Édipo*,

O capitalismo é inseparável do movimento da desterritorialização, mas ele esconjura este movimento através da reterritorializações fatídicas e artificiais. Ele se constrói sobre as ruínas das representações: a territorial e a despótica, a mítica e a trágica; porém, ele as restaura, pondo-se a seu serviço e sob outra forma, a título de imagens do capital” (Deleuze; Guattari, 2010, pp. 399–400).

Em contraste com o paradigma capitalista que fixa as determinações subjetiva, social e ambiental, Guattari propõe um pensamento transversal para esses três registros. Ele argumenta que essas instâncias ecológicas não existem isoladamente; elas produzem interações que, por sua vez, geram ecossistemas. Dessa forma, a transformação e o pensamento transversal dão origem a uma articulação ético-política. O ser humano, nesse contexto, não é um mero objeto, mas sim ação e criação imanente, transitando do subjetivismo ao coletivismo. O movimento mais evidente do integrismo religioso pode ser compreendido no movimento do conservadorismo, integralismo brasileiro ou fascismo clerical). Ao mesmo tempo, em que expõe os múltiplos desequilíbrios presentes nos três registros ecológicos, Guattari também desdobra, na imanência, uma práxis ético-política: a práxis da ecosofia. Ele confronta o problema imposto por esse cenário de transformações e deterioração: “a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto de aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico” (Guattari, 1990, p. 8). Isso é agravado pelo contínuo desenvolvimento do trabalho maquinico, intensificado pela revolução informática e pelas forças produtivas que liberam cada vez mais tempo de atividade humana.

Guattari questiona a finalidade dessa aceleração e mutação. Ele indaga se essa finalidade está ligada ao desemprego, à marginalidade opressiva e à angústia, ou se, pelo contrário, se relaciona com a cultura, a criação, a pesquisa e a reinvenção do meio

ambiente. O filósofo destaca que, assim como nos países desenvolvidos, blocos inteiros de subjetividade coletiva nos países do Terceiro Mundo também se encontram emaranhados em arcaísmos, como exemplificado pela exacerbação de fenômenos de integrismo religioso. Esses grupos utilizam frequentemente a ortodoxia como um aparato político para manter sua inalterabilidade diante do mundo, sendo, em sua maioria, de direita.

O aspecto primordial das três ecologias reside no que Guattari articula como uma ética e práxis coletiva. Elas se contrapõem à lógica de uso da mídia como um aparato de produção e reprodução de uma semiótica dominante, tutelada pelo Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Dessa forma, ao assegurar seu poder sobre o máximo de *ritornelos* (elementos repetitivos e identitários) existentes para controlá-los e neutralizá-los, a subjetividade capitalística se anestesia de si mesma, imersa em um sentimento coletivo de falsa eternidade. Para clarificar em que termos Guattari expressa esse modo de operação do capitalismo sobre os sujeitos, Larissa Drigo Agostinho aponta que:

Guattari não acreditava que a visão geral, exclusiva da estrutura, fosse capaz de explicar o processo de produção de sujeitos, no interior do capitalismo. Essa visão estruturante cria a ilusão de um ponto de apoio possível em um estado estrutural pré-existente. Não é possível pensar uma cadeia significativa pura, metalinguagem, referente absoluto, pois essa visão mascara o caráter contingente e singular dos acontecimentos, a natureza do corte operado pelas máquinas na história e em seu funcionamento, inclusive, na maneira através da qual novos sujeitos serão produzidos. O sujeito ficaria reduzido ao plano da representação, informação e comunicação dos códigos sociais e de outros modos de estruturação. Ele é reduzido à condição de objeto, produto, mas não agente. Segundo Guattari (1974, p. 243), era preciso pensar *o lugar do sujeito da história entre estrutura e máquina*, a partir de um corpo atravessado e dilacerado por cadeias significantes. (Guattari *apud* Agostinho, 2020, p. 115).

Os objetivos da *práxis* ecológicas devem estar em conjunto dessas frentes emaranhadas e heterogêneas, para articular-se às novas práticas ecológicas, cujo objetivo será de tornar processualmente ativas as singularidades isoladas, recalçadas, girando em torno de si mesmas.

Sob esses termos da constatação do real e do desequilíbrio que nele ocorre, o filósofo exprime uma revolução necessária, pois não haverá uma verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e cuja condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural que reoriente os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Para Guattari essa revolução deverá abarcar não só as relações de forças visíveis, mas também deverá abarcar os domínios moleculares⁴ (enfrentamento da opressão no sistema capitalista), de sensibilidade, de inteligência e de desejo. Guattari argumenta que uma finalidade do trabalho social regulada de maneira homogênea, pautada por uma economia de lucro e por relações de poder, não escapa de impasses dramáticos. Isso fica evidente na forma da extrema pobreza que pende sobre o Sul Global sob tutelas econômicas. Guattari questiona os modos dominantes de valorização das atividades humanas, destacando dois pontos principais: O império de um mercado mundial que nivela os sistemas particulares de valor, equiparando bens materiais, bens culturais e áreas naturais. E a tendência de direcionar o conjunto das relações sociais e internacionais para máquinas policiais e militares.

Com relação a esses dois pontos, Guattari aponta que o Estado, diante dessas duas proposições, vê o seu papel de mediação se reduzir, e a consequência disso é que o Estado se coloca a serviço das instâncias do mercado mundial e dos complexos militar-industriais.

O fio condutor da crítica guattariana não negligencia os aspectos do capitalismo sobre a vida e seus modos de existência — a vida entendida como multiplicidade, criação e intensidade. Em *Mil Platôs, volume 1*, Deleuze e Guattari concebem o capitalismo como uma instância específica, da qual “não existe capitalismo universal e, em si, o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, ele é sempre por natureza neocapitalismo, ele inventa para o pior sua face de oriente e sua face de ocidente, além de seu remanejamento dos dois” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 30).

⁴ Na obra *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari desdobra a questão da micropolítica: “[...], ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social — diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”), com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 127).

Para refinar mais o que essa crítica não deixa escapar, é preciso retomar o que Guattari elabora em *As três ecologias*. O aspecto histórico do refúgio das cartografias⁵, Segundo Guattari, em todas as épocas e lugares, a arte e a religião serviram de refúgio para cartografias existenciais fundadas em rupturas de sentido. No entanto, na contemporaneidade, a produção exacerbada de bens materiais e imateriais, em detrimento da consistência de territórios existenciais individuais e coletivos, gerou um imenso vazio na subjetividade, que se torna cada vez mais absurda e desprovida de recursos.

O filósofo observa não haver uma relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e o desenvolvimento dos progressos sociais e culturais. Além disso, é evidente a degradação irreversível dos operadores tradicionais de regulação social, como os professores. Diante desse fenômeno, Guattari considera improvável apostar em um retorno às formas de ser dos antepassados, pois é exatamente isso que as formações capitalistas mais modernas tentam fazer. Nesse contexto, há um reforço das atitudes segregativas em relação à imigrantes, mulheres, jovens e pessoas idosas. Esse ressurgimento do que se pode chamar de conservadorismo subjetivo não é apenas resultado de um conservadorismo social, mas também de uma crispação existencial que envolve todos os atores sociais. Nesse sentido, o capitalismo pós-industrial, que Guattari denomina Capitalismo Mundial Integrado (CMI), é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o planeta. Ou seja, o capitalismo vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele, como era o caso dos países do processo ideológico de mundismo por bloco: bloco soviético e a China. Além disso, o CMI tende a fazer com que nenhuma atividade humana e nenhum setor de produção esteja fora do seu controle. Portanto, esse duplo movimento de extensão geográfica,

que se defronta com um impasse, e de expansão sobre si próprio constitui o denominarei um processo geral de desterritorialização. O capitalismo mundial integrado não respeita mais os modos de vida tradicional do que os modos de organização social dos conjuntos nacionais que parecem estar melhor estabelecidos” (Guattari, 1981, p. 211).

⁵ A cartografia pode ser compreendida como um mapeamento dos modos de vida ou existência, bem como os seus afetos e desejos, compreendidos com a lógica do conceito de rizoma. “Tais cartografias têm em comum a busca de saídas na constituição de outros territórios, para além dos territórios sem saída, outros espaços de vida e de afeto” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 14).

Com isso, o CMI tende a descentralizar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviço para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e subjetividade, por intermédio do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade e as sondagens. Atualmente, essas estruturas produtoras de signos e subjetividades podem ser reconhecidas em formato de redes sociais.

Diante de suas constatações sobre o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), Guattari argumenta que seu objetivo é a constituição de um bloco único: produtivo-econômico-subjetivo. Ele traça uma analogia com a escolástica, afirmando que esse bloco singular do CMI resulta simultaneamente de causas materiais, formais, finais e eficientes.

Em contraposição crítica à estrutura de blocos (atualmente conhecida como Norte e Sul Global) do CMI, torna-se essencial reorientar a ecologia subjetiva e coletiva — a ecologia mental e social. Essa reorientação deve se transformar em uma práxis ecosófica. Diante disso, Guattari enfatiza a urgência de uma reorientação dessas três ecologias (uma reorientação da própria realidade), que estão sendo desmanteladas nessa imersão capitalista.

Conforme Suely Rolnik aponta em sua obra *Ética do Real*, “O que seria então degradação mental e social? Guattari se refere, por exemplo, ao vazio da subjetividade, cada vez mais absurdo e sem recurso, que se vive hoje no planeta” (Rolnik, 1990, p. 2). A respeito da degradação desses registros da realidade, bem como a produção de uma subjetividade ocorre, continua Rolnik:

Para o autor, um certo tipo de produção de subjetividade é condição para o funcionamento do Capitalismo Mundial Integrado, tanto quanto um certo tipo de produção econômica. Ele considera que, evidentemente, antes do CMI, a subjetividade também era capitalizada, mas que este fato ainda não tinha alcançado a importância que tem hoje e, por isso, talvez se justifique que os teóricos do movimento operário e as formações políticas não o tenham tomado como objeto de reflexão e de luta. Mas hoje, alerta Guattari, manter-se neste desconhecimento dogmático é irresponsável e perigoso. Torna-se indispensável conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante. A saída para a crise de nossos tempos, preconizada neste livro, implica na articulação de uma subjetividade em estado nascente, um *socius* em estado mutante e um meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado. A saída implica numa outra concepção do político (Rolnik, 1990, p. 3).

Para Guattari, o direcionamento das problemáticas ecológicas difere fundamentalmente das antigas lutas de classe ou da defesa da “pátria do socialismo”,

que buscavam uma ideologia unívoca. Agora, a nova referência ecosófica oferece uma compreensão capaz de indicar linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Isso abrange “todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia” (Guattari, 1990, p. 15). Em resumo, torna-se essencial compreender a interconexão desses registros para, junto a Guattari, elaborar os princípios comuns às três ecologias como uma reorientação da práxis política do nosso tempo. Esse processo de reorientação, que se desdobra em revoluções moleculares e devires, também significa retomar a confiança na humanidade por meio de práticas revolucionárias.

A seguir, abordaremos a concepção de Guattari sobre o princípio comum às três ecologias, conforme delineado em sua obra. O princípio comum às três ecologias consiste em territórios existenciais com os quais estamos em confronto. Eles não são entidades fechadas em si mesmas, mas sim pertencem à alçada de uma disciplina ético-estética, mais precisamente de uma heterogênese, um processo contínuo de ressingularização. Esses territórios se assemelham a um “para-si” precário, finito, singular e singularizado, que pode tanto bifurcar em reiteraões estratificadas e mortíferas quanto se abrir processualmente a partir de uma práxis que o torne habitável por um projeto humano.

Para Guattari, essa abertura práxica, a ecosofia, constitui a essência da arte “eco” (no sentido de *oïkos*, casa, ambiente). Ela integra todas as maneiras de domesticar os Territórios Existenciais, ou seja, as formas íntimas de ser em relação ao corpo, ao meio ambiente, ou aos grandes conjuntos contextuais como etnia, nação e até mesmo os direitos gerais da humanidade. Guattari esclarece que o objetivo não é estabelecer regras universais como guias para essa práxis, mas, ao contrário, liberar contradições de princípio entre os três níveis ecosóficos. Isso implica liberar a tensão entre as três visões ecológicas, as três lentes discriminantes em questão. Dessa forma, o que emerge a partir do princípio comum às três ecologias é a multiplicidade de práticas políticas, sustentada pela imanência dos acontecimentos e pelo pensamento transversal. Trata-se, portanto, de um processo prático-filosófico. Seguindo o método imanente guattariano, os princípios da ecologia mental residem na dependência de uma lógica pré-objetual e pré-pessoal dos territórios existenciais. Guattari (1990, p. 38) descreve essa lógica pré-objetual como um “processo primário” freudiano, uma lógica do terceiro incluso onde os

opostos coexistem: o branco com o negro, o belo com o feio, o dentro com o fora, e o “bom objeto” com o mau.

O que é a ecosofia?

Guattari propõe uma ecosofia de um tipo novo, que seja, ao mesmo tempo, prática e especulativa, ético-política e estética. Essa nova abordagem deve substituir as antigas formas de engajamento religioso, político e associativo. Não se trata de uma disciplina de recolhimento na interioridade, nem de uma mera renovação do militantismo tradicional. Pelo contrário, a ecosofia é um movimento multifacetado, que dá lugar a instâncias e dispositivos analíticos e produtores de subjetividade.

Essa subjetividade, que é tanto individual quanto coletiva, transcende as circunscrições egoicas e as identificações enclausuradas, abrindo-se em todas as direções: para o *socius*, para os *Phylum* maquínicos, para os universos de referência técnico-científicos, para os mundos estéticos e para novas apreensões pré-pessoais do tempo, do corpo e do sexo (Guattari, 1990, p. 54). Guattari aprofunda a concepção ecosófica de subjetividade, salientando que a subjetividade da ressingularização deve ser capaz de se encontrar com a finitude sob a forma do desejo, da dor e da morte — nada disso se dá por si só. Uma virada ecosófica invoca a história, pois há o risco de que a própria história deixe de existir se a humanidade não se reassumir radicalmente. Assim, por todos os meios possíveis, é preciso conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante. Em vez de ficar perpetuamente à mercê da eficácia falaciosa dos *challenges* econômicos, trata-se de reapropriar Universos de valor no centro dos processos de singularização, que poderão reencontrar consistência.

Novas práticas sociais, novas estéticas e novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho — segundo Guattari (1990, p. 54), isso pode parecer distante da urgência do momento. No entanto, é precisamente na articulação da subjetividade em estado nascente, do *socius* em estado mutante e do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das maiores crises da atualidade. A ecosofia é a perspectiva que articula as três ecologias, e essa articulação é o que Guattari concebe como seu próprio sistema de modelização. Desse modo, Guattari faz com que o objeto ecosófico vá além do objeto ecossistêmico, pois o objeto ecosófico se articula com quatro dimensões: fluxo, máquina, valor e território existencial.

Em *¿Qué es la ecosofía?*, Guattari (2015, p. 60) elenca a articulação dessas quatro dimensões: *fluxo*: os registros ecológicos possuem sempre uma articulação de fluxo entre si, especialmente os fluxos heterogêneos; *máquina*: oferece uma dimensão de retroação cibernética e autopoietica, uma autoafirmação ontológica que efetua a união entre as máquinas dos registros ecológicos, dos fluxos materiais e dos fluxos semióticos. Isso amplia a noção de autopoiese; *valor*: o objeto ecosófico não é apenas autopoietico, mas também portador de valores, registros e perspectivas de valorização. Nesse ponto, é crucial repensar o problema do valor, uma vez que o valor é frequentemente compreendido apenas como valor econômico, valor capitalístico e valor de intercâmbio marxista. Guattari propõe articulá-lo a outros sistemas de valorização — como sistemas sociais, grupos e indivíduos — sem os submeter ao valor econômico dominante; e *território existencial*: refere-se à finitude existencial do objeto ecosófico, que se fundamenta em coordenadas de determinação extrínsecas e independentes. Em seu sistema de valores, o objeto ecosófico tem um nascimento e um fim, e está em relação com uma alteridade maquínica, um *Phylum* maquínico. Não é, portanto, um objeto universal, mas está ligado aos processos de historicidade. A finitude existencial do objeto ecosófico apresenta uma dimensão de alienação, de “encarnação” e, ao mesmo tempo, de enriquecimento processual; pois, existe sempre a possibilidade de um retorno ao caos e de refundação da complexidade. Para que assim exista o recorte da individuação dos três ecossistemas como finitude, há a possibilidade de que os ecossistemas se encadeiem reciprocamente e desenvolvam um grande *phylum* evolutivo.

Em suma, as três ecologias devem ser concebidas como parte da alçada de uma disciplina comum ético-estética e, ao mesmo tempo, como distintas umas das outras do ponto de vista das práticas que as caracterizam. Seus registros pertencem à instância da heterogênese, isto é, um processo contínuo de ressingularização. Para os indivíduos poderem se tornar, simultaneamente, solidários e cada vez mais diferentes — Guattari (1990, p. 55) expressa que esse mesmo processo de heterogênese ocorre também com as escolas, as prefeituras e o urbanismo. Para o filósofo, a subjetividade, por meio de chaves transversais, instaura-se, ao mesmo tempo, no mundo do meio ambiente, dos grandes agenciamentos sociais e institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo. A reconquista de um grau de autonomia criativa em um campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. Dessa forma, Guattari (1990, p. 56) argumenta que uma catálise para a

retomada da confiança da humanidade em si precisa ser construída passo a passo, começando, por vezes, pelos menores meios. Ele exemplifica isso com seu próprio ensaio, que visava, ainda que minimamente, combater a falta de vivacidade e a passividade generalizada.

Guattari, portanto, nos convida a uma reflexão profunda sobre a interconexão de nossas ecologias e a urgência de uma práxis que rompa com os modelos capitalistas dominantes. Quais seriam os primeiros passos práticos para iniciar essa “catálise” em nosso contexto atual?

Micropolítica do desejo

Para compreender a ecosofia como um ponto de virada diante da lógica homogeneizante, catalítica e crítica do capitalismo nos três registros ecológicos, é fundamental entender o paradigma atual e suas possíveis direções futuras. Embora seja especulativo prever o futuro, esse exercício é crucial. Afinal, se a ecosofia abrange os três registros ecológicos, precisamos compreender como eles estão sendo operados no presente. Guattari, em *As três ecologias*, já alertava para um possível colapso desses registros. Ele afirmava que, sem remediar os desequilíbrios ecológicos causados pelas intensas transformações técnico-científicas, “os modos de vida humanos, individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (Guattari, 1990, p. 7).

É, portanto, necessário compreender os aspectos do conceito de colapso, tanto em termos conceituais quanto práticos. Isso inclui entender como esse conceito é frequentemente utilizado para impulsionar discursos ecofascistas e de um capitalismo sustentável — que, muitas vezes, mascara interesses econômicos. Acima de tudo, é vital compreender o que Guattari já denunciava: a ameaça à vida em sua superfície. Ao analisar o colapso, devemos ir além de uma visão simplista e considerar como as estruturas de poder, especialmente no contexto do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), instrumentalizam a narrativa do fim para seus próprios fins. Como podemos, então, desmascarar esses discursos e, ao mesmo tempo, agir para evitar a “deterioração progressiva” que Guattari apontava?

Em *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*, na seção *Micropolítica do fascismo*, Guattari explora pontos cruciais que conectam o fascismo e o desejo no campo social. Sobre o tema do fascismo, Guattari provoca: “é um tema-chave para

abordar a questão do desejo no campo social. Além disso, não conviria aproveitar para falar disso, enquanto ainda se pode fazê-lo livremente?” (Guattari, 1985, p. 173). O objetivo de Guattari ao discutir o desejo não é estabelecer uma ligação entre psicanálise e marxismo para encaixar problemas de micropolítica. Pelo contrário, sua abordagem é transitória, permitindo considerar a questão da micropolítica do desejo para atravessar tanto o indivíduo quanto o campo social.

Essa concepção de desejo é desenvolvida para explicar o funcionamento da micropolítica do desejo, sem considerar as perspectivas da psicanálise ortodoxa ou da teoria lacaniana. Dessa forma, a compreensão do desejo no campo social começa, primeiramente, pelo que o desejo não é.

O desejo não está intrinsecamente ligado a uma individuação da libido. Uma máquina de desejo encontra formas de individuação, ou repressão. Não há desejo em si nem repressão em si. O ideal de uma “castração bem sucedida” faz parte das mistificações mais reacionárias. O desejo e a repressão funcionam numa sociedade real e são marcados por cada uma de suas etapas históricas: não se trata, pois, de categorias gerais transponíveis de uma situação para outra (Guattari, 1985, p. 173–174).

Para abordar a micropolítica do fascismo, é fundamental primeiro desvendar o que a permeia: a micro e a macropolítica do desejo. Guattari (1985, p. 174) propõe uma distinção entre micro e macropolítica que difere da concepção usual. Tradicionalmente, o termo micro é associado ao indivíduo ou à família (escala psicanalítica), enquanto macro refere-se a grandes grupos sociais. No entanto, para Guattari, essa proporção não se aplica. Ele inverte essa escala, subvertendo o entendimento comum de micro e macropolítica.

há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido e de Estado). O despotismo que, frequentemente, reina nas relações conjugais ou familiares, provém do mesmo tipo de agenciamento libidinal que aquele existente no campo social (Guattari, 1975, p. 174).

Ao inverter o sentido de micro e macropolítica, Guattari possibilita uma nova discussão sobre o fascismo. Este, sendo um problema social de grande escala, pode ser analisado sob a ótica da micropolítica do desejo. Guattari propõe três modos de abordar o fascismo: abordagem sociológica (analítico-formalista): Detém-se na separação entre

grandes e pequenos grupos sociais; abordagem neomarxista (sintético-dualista): também se foca na dicotomia entre grandes e pequenos grupos; e a micropolítica do desejo (analítico-política): visa ultrapassar a formalidade da estratificação entre grandes e pequenos grupos. Guattari escreve:

Uma análise política que se pretendesse inseparável de uma política da análise, só poderia recusar-se a deixar subsistir o corte tradicional entre os grandes conjuntos sociais e os problemas individuais, familiares, escolares, profissionais. Não mais trataria de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa de classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir da ação de um partido revolucionário único, depositário central da verdade teórica e prática. Portanto, uma micropolítica do desejo não mais se proporia a *representar* as massas e a *interpretar* suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, *a priori*, toda ação de partido, toda ideia de linha, de programa, ou mesmo de centralismo; mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança; não mais se centraria num só ponto: o poder de Estado — a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. É a partir do acúmulo de lutas parciais — e esse termo já é um equívoco, pois ela não é parte de um todo já construído — que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura (Guattari, 1985, p. 176).

Essa visão de Guattari ressalta a importância de uma ação política descentralizada que se articula com as singularidades e as microrresistências, em vez de se fixar em modelos totalizantes ou em grandes estruturas de poder. Ela nos convida a pensar a transformação social como um processo contínuo de ruptura, construído a partir de diversas frentes, onde cada pequena luta contribui para um movimento maior de luta coletiva. Nessa perspectiva, a micropolítica do desejo questiona os movimentos de massa centralizados que fabricam indivíduos em seu interior. Em vez de uma ação presa ao redor de entidades representativas e modos de expressão advindos de uma forma dominante — que, conseqüentemente, disciplinam e hierarquizam —, seria preciso dar vazão à multiplicidade de desejos moleculares. Isso significa agenciar coletivamente, envolvendo sujeito-grupo e grupelhos. Do mesmo modo como ocorreu em Maio de 68, Guattari escreve:

O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão esta que pode desembocar em efeitos de “bola de

neve”, em provas de força em grande escala. Exatamente o que se passou no começo do movimento de Maio de 68: a manifestação local e singular do desejo de pequenos grupos encontrou ressonância em uma multiplicidade de desejos reprimidos, isolados uns dos outros, esmagados pelas formas dominantes de expressão e de representação (Guattari, 1985, p. 177).

Para Guattari, escapar das formas dominantes de representação ou de unidade real significa fazer ressoar a multiplicidade equívoca do desejo. É por essa via que se pode impulsionar o processo de criar sistemas de referências e regulação próprios.

Essa multiplicidade de máquinas desejantes não é composta de sistemas estandardizados e ordenados, que se poderia disciplinar e hierarquizar, em função de um objetivo central. Ela se estratifica, segundo diferentes conjuntos sociais, de acordo com as faixas etárias, os sexos, as origens geográficas e profissionais, as práticas sexuais. Não realiza uma unidade totalizante. E a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade de sua luta. A unificação aqui não é antagônica, a multiplicidade e a heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram “tratados” por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo (Guattari, 1985, p. 177).

A expressão do desejo emana da *fala fora do sujeito*⁶. Nesse sentido, a luta política do desejo se traduz em escutar constantemente os indivíduos que se expressam a partir da posição do desejo. Isso implica que a expressão desviada da norma dominante só pode emergir por meio do desejo. Guattari atribui, assim, ao discurso um papel primordial no campo político: a criação. Por essa razão, o agenciamento coletivo de enunciação não reconduz o desejo a uma individuação subjetiva, nem impõe significações codificadas. Em outras palavras, um agenciamento coletivo de enunciação não representa a forma superior das relações de força. Guattari conclui que, após “a cristalização do *socius* em diversas instâncias fechadas umas em relação às outras: ela participa dessa cristalização, tornou-se imediatamente política. ‘Quando dizer e fazer’, atenua-se a divisão de trabalho entre os especialistas do dizer e do fazer” (Guattari, 1985, p. 178).

⁶ A expressão teórica não mais se interpõe entre o objeto social e a práxis. O objeto social é colocado em condições de tomar a palavra, sem ter que recorrer a instâncias representativas para exprimir-se. A coincidência entre a luta política e a análise do desejo implica, desde então, que o “movimento” permaneça na escuta constante de qualquer pessoa que se exprima a partir de uma posição de desejo, mesmo e sobretudo que se situe “fora do assunto”, “fora do sujeito”. Em família, reprime-se uma criança que se exprime “fora do assunto”, “fora do sujeito”, e isto continua na escola, no quartel, na fábrica, no sindicato, na célula do partido. É preciso se estar sempre “no assunto”, “no sujeito” e “na linha”, mas o desejo, por sua própria natureza, tem sempre a tendência de “sair do assunto”, “sair do sujeito” e derivar (Guattari, 1985, pp. 177–178).

Micropolítica do fascismo

O que faz enunciar desejos fascistas? Seria o fascismo uma multiplicidade de desejos? O fascismo é um devir?

A micropolítica do fascismo requer um exercício de análise, não há espaço para reducionismos sobre aquela ou qualquer outra comparação política e sua fórmula de poder. Essa análise precisa ser feita detidamente. Assim, o que é primordial para entender o desejo no campo social e como ele é captado pelo fascismo, exige, antes de tudo, tomar esses modelos políticos com toda sua complexidade. Na seção *A análise micropolítica do fascismo*, Guattari (1985, p. 179) aponta para essa complexidade de fórmulas de poder e como os desejos são capturados por essas fórmulas.

Os sistemas totalitários contemporâneos inventaram um certo número de protótipos de partido policial; o partido policial nazista, por exemplo, mereceria ser estudado em comparação com o partido policial stalinista; eles talvez sejam mais próximos um do outro do que as componentes estatais correspondentes a cada um destes sistemas. Seria interessante distinguir as diversas espécies de máquinas de desejo que entram em sua composição. E a gente perceberia, então, que não dá para se contentar em ver as coisas com tanta distância assim (Guattari, 1985, p. 179).

A análise que Guattari propõe desvela não só as capturas de desejo pela máquina policial, mas revela também as múltiplas funções do fascismo. Guattari escreve: “não se trata aqui de uma pesquisa gratuita, mas sim de uma recusa das simplificações que nos impedem de apreender a *genealogia* e a *permanência* de certas maquinarias fascistas” (Guattari, 1985, p. 180).

A captura do desejo ocorre na forma de repressão e controle, isso ocorre por meio das máquinas policiais e totalitárias. Essa captura do desejo ocorre pelas mais diversas vias, seja por meio do controle social, seja pela censura ou pela educação. Além disso, há outro aspecto importante: pela via das forças produtivas. Como aponta Guattari,

Diferentes “fórmulas” de captura do desejo das massas foram assim produzidas pelos diferentes sistemas totalitários, em função da transformação das forças produtivas e das relações de produção. Devia-se fazer um esforço para extrair sua composição maquinica — um pouco como uma espécie de composição química, mas de uma química social do desejo que atravessa, não apenas a História, mas também o conjunto dos espaços sociais (Guattari, 1985, pp. 180–181).

O controle do desejo se apresenta na sua fase molecular, no âmbito da família, do indivíduo e das relações cotidianas. No nível molecular, o microfascismo está presente nessas relações, isto é, no mecanismo de disseminação de *fake news*, no discurso de ódio e nas múltiplas violências contra minorias. O controle do desejo se estende às mais diversas formas de segmentação social e perpassa com toda força nas relações micropolíticas. Isso vai ao encontro das cristalizações fascistizantes, é nessas cristalizações que reside a permanência do fascismo, pois, o maquinismo totalitário evolui e se adapta às diferentes formações e transformações sociais. A circulação da cristalização do fascismo, bem como sua permanência, se alavanca com a pulsão de morte coletiva.

A desterritorialização cria as condições para a reterritorialização. Nesse contexto, diante de uma desterritorialização provocada por um colapso climático, as condições resultantes poderiam levar a uma reterritorialização de ordem ecofascista, estabelecendo uma nova ordem. Essa dinâmica difere fundamentalmente de uma micropolítica do desejo, que, ao contrário, impulsionaria uma ética da ressingularização e, conseqüentemente, uma práxis política heterogênea, característica da ecosofia. Como mencionado anteriormente, o fascismo tem uma notável capacidade de adaptação e permanência, pois é um fenômeno micropolítico que se manifesta nas relações sociais cotidianas por meio da repressão e do controle da multiplicidade dos desejos.

O desejo manifesto é criador e escapa do microfascismo, ou seja, foge do controle, da segmentarização e das formas hierárquicas. Portanto, o devir fascista se instaura na condição de subjetivação. Ao passar dias a fio em frente aos quartéis, os bolsonaristas aceitaram sua condição de subjetivados e se uniram em bando, aceitando o controle de seus desejos e comungando da máquina totalitária, motivados pela não aceitação das eleições presidenciais de 2022. Desejos esses reterritorializados na tentativa de manter o poder até então vigente.

Essa análise da relação entre desterritorialização, fascismo e desejo é um convite à reflexão sobre como as forças políticas e sociais podem manipular as crises para impor novas formas de controle. Como podemos, então, fortalecer a micropolítica do desejo para resistir a essas tendências?

Colapso e ecofascismo a partir da micropolítica

Pensar o ecofascismo diante da abordagem da micropolítica do fascismo, é uma amostra dessas relações sociais pautadas no discurso de ódio, racismo e práticas de violência captadas num processo de desterritorialização, diante de um colapso, e, reterritorializadas em uma saída do colapso. Para dar conta desses conceitos de colapso e ecofascismo, se faz imprescindível elaborar nessa discussão o que Carlos Taibo apresenta em sua obra, *Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo*. As definições e apresentação feitas por Taibo se relacionam diretamente à discussão aqui proposta.

O conceito de colapso tem duas definições. A primeira definição pode ser entendida como um colapso político que remete ao completo fim de um sistema político. A segunda, Taibo recorre à definição que Cochet faz, na qual traz em seu cerne o término de necessidades básicas, “água, alimentação, vestimenta e energia não são satisfeitas [a um custo razoável] para a maioria da população, conforme os serviços determinados pela lei” (Taibo, 2019, p. 20). O termo colapso dentro dessas definições pode designar a ruína de civilizações industriais, retrocesso drástico de populações humanas ou, ainda, o desaparecimento de instituições que garantem uma ordem social.

Além da mera definição do termo, é fundamental “apapar as arestas” do conceito de colapso. Embora ele possa parecer ter, à primeira vista, um caráter universal, Taibo (2019, p. 22) esclarece que, enquanto certas interpretações o tratam de forma genérica, outras apontam para as dimensões precisas de um previsível e sistêmico colapso futuro. Essa distinção é crucial para que o termo não perca sua acuidade e capacidade analítica. Um dos primeiros problemas que emergem dessa abordagem é justamente a dificuldade em determinar se e quando um colapso de fato ocorre, ou seja, o desafio de precisar o momento em que esse conceito se manifesta ou deixa de se manifestar. Nesse sentido, Taibo contribui com a seguinte resposta,

em relação a essa discussão, a primeira coisa que convém notar é que nem sempre é fácil distinguir entre o colapso e a pura decadência de uma sociedade, traduzida, por exemplo, em reestruturações políticas, econômicas e sociais, na conquista do seu território por uma potência vizinha ou na substituição de uma elite dirigente por outra. [...] Uma discussão relacionada é a que diz respeito ao estabelecimento de qual será o tamanho da área afetada ao se determinar a presença de um colapso. Não esqueçamos que as diferentes instâncias envolvidas não costumam colapsar ao mesmo tempo, como não o fazem os diferentes espaços geográficos. O risco de um colapso

rápido afeta, de qualquer forma, as instâncias e cenários mais interconectados e os mais frágeis. Se o processo em questão se prolonga muito no tempo, teria sentido falar em colapso? O que entendemos por ele pode ser, no entanto, um anúncio de algo mais grave por vir. Parece inquestionável, por exemplo, que o colapso sobre o qual me refiro nesta obra não seja a “sexta extinção” de que falam tantos especialistas, mas bem poderia ser uma antecipação desta. Enquanto o primeiro se refere à civilização humana, a segunda tem um sentido mais geral. Não falo da extinção da espécie humana, mas sim da sua “civilização” (Taibo, 2019, pp. 22–23).

O conceito de colapso é um processo ou um momento? Taibo concebe o aspecto sob a ótica de um colapso global. No entanto, o autor enfatiza, “ainda que entendamos o colapso como um processo, podemos intuir que chegará um momento preciso de naufrágio que marcará um horizonte de irreversibilidade” (Taibo, 2019, pp. 24–25). Então, na seção *As eventuais causas do colapso*, o autor concebe a seguinte tese: “o porquê de um colapso global ser perfeitamente imaginável” (Taibo, 2019, p. 45). Essa tese traz em seu cerne as atividades humanas e suas consequências. Em resumo, Taibo revisita que as atividades humanas se desdobram em direção a questões das mudanças climáticas, o esgotamento de matérias-primas, os atentados contra a biodiversidade, os problemas demográficos, o cenário social sombrio, a fome, a escassez de água, o aumento das doenças, a naturalização da marginalização das mulheres, a crise financeira, o papel repressor dos Estados, as tecnologias fora de controle, a ampliação da pegada ecológica e o próprio mito do crescimento econômico.

O ecofascismo é apresentado como uma resposta que resolverá o problema da escassez, através da redução drástica da população, baseada na ideia de que a Terra não suporta mais pessoas — essa resposta tem origem na tese do malthusianismo. O termo “ecofascismo” pode ser enganoso, já que envolve diferentes manifestações da ecologia, mas não apaga as formulações ideológicas fascistas. Além disso, Taibo sugere que o ecofascismo não é uma resposta ao colapso, mas uma manifestação que precede o colapso, sendo uma expressão do próprio colapso. Abordar as raízes do ecofascismo é necessário para encontrarmos, nesse processo, os múltiplos elementos discursivos de uma ecologia radical intimamente ligada à expressão do fascismo corrente.

Ademais, Taibo (2019, p. 150) aponta que *Ecofascism Revisited*, de Janet Biehle e Peter Staudenmaier, é um estudo da proposta ecofascista assumida pelos nazistas alemães. Taibo discorre a partir dessa referência bibliográfica que o Partido Alemão Nacional-Socialista operou com um grupo de pressão ecologista que tinha como base a adoração à natureza, o renascimento da vida rural ou o vegetarianismo. Tal corrente é

uma síntese entre o naturalismo e o nacionalismo de Estado, forjado sob o romantismo alemão. Todo esse aparato tinha um ideário e o vínculo de pureza do meio ambiente associado com a pureza racial. Isso fazia parte de uma cultura da dita “essência alemã” que privilegiava uma cultura sobre a outra. Na ordem desse discurso, o que prevalecia era ideia que a cultura alemã possuía uma perspectiva melhor em condições de sobrevivência e também por saberem preservar seus recursos — essa percepção é carregada pelo viés do autoritarismo e da supremacia racial, na qual gerou a repressão e o extermínio dos judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Com base nas argumentações da obra de Biehl que, essa combinação de nacionalismo, autoritarismo e a adoração aos líderes junto à legitimação por uma ecologia mística e biologicista é potencialmente catastrófico na área social. Pois, ela faz justamente o contrário: além de genocida, a guerra, com base nessa defesa “ecológica”, foi também ecocida que marchou contra a natureza.

No entanto, a corrente ecologista não se tratava de um mero adorno em meio ao aparato tecnocrata dos nazistas. O que ocorre é que, de fato, a maioria dos ideólogos nacional-socialistas participavam de um romantismo agrário e de um anti urbanismo; além disso, em março de 1933 foram aprovadas leis de reflorestamento, medidas de proteção aos animais e plantas e decretos que delimitavam o desenvolvimento social. O fenômeno do discurso ecológico do Partido Alemão Nacional-Socialista para Taibo (2019, p. 151) requer mais atenção porque não foi apenas na Alemanha hitleriana que isso ocorreu, mas também na Itália durante o fascismo de Mussolini. Isso deixa à mostra que a junção de políticas de desenvolvimento ruralizantes e de esforços de reflorestamento estão frequentemente ligados a uma ideologia nacionalista e racista. Mostra-se, assim, que a ideologia fascista faz usos abjetos da ecologia. A análise desses detalhes políticos é importante para a identificação desses aspectos nos principais centros de poder político e econômico. Isso porque dada a consciência de que devemos preservar os recursos escassos, isso pode dar vazão a preservar esses recursos em poucas mãos, “em virtude de um projeto de darwinismo social militarizado” (Taibo, 2019, p. 152).

Ao relacionar os estreitos vínculos entre o nazismo, o racismo e o imperialismo característico do século XIX. Taibo cita Bauman⁷ e Adorno⁸. Ambas as citações desses dois filósofos dizem respeito ao surgimento do nazismo inscrito no mesmo tempo histórico de princípio civilizatório. Taibo (2019, p. 152) explicita que o conceito de *Lebensraum* (espaço vital) fez parte da campanha de promoção do nazismo (Goebbels) que visava garantir que o objetivo da guerra era, na verdade, a garantia de um bom café, um bom almoço e uma boa janta, e os meios para alcançar isso não importava, mesmo que os não alemães morressem de inanição. Essa promessa de vida melhor estava circunscrita em termos assassinos de um povo superior e que outorgava poder e bem-estar por meio de uma agressão permanente. Além disso, Hitler também acreditava em um “destino manifesto” que beneficiava uma raça ontologicamente superior. Para completar, Taibo traz a luz de Hannah Arendt, em seu ensaio, *Eichmann em Jerusalém*, “que os nazistas desejavam decidir quem deveria ou não habitar o planeta” (Taibo apud Arendt, 2019, p. 153). O ponto basilar e relevante para essa política dar certo era o uso do medo para amedrontar os cidadãos alemães, cujo objetivo era a obtenção da mais estrita e irracional obediência.

Por fim, Taibo relembra que as consequências da aposta hitleriana baseavam-se numa “missão civilizadora”, a implantação de uma guerra dupla: colonial (contra os eslavos) e anticolonial (contra os judeus).

Um culto às raízes que se vincula com um rechaço xenófobo a quem não as compartilha; a degradação da imagem das vítimas, frequentemente convertidas em opressores; e um visível repúdio à imigração acompanhado de uma obscena defesa da eutanásia. Como resultado, reuniram natureza e política, ecossistema e lar, necessidade e desejo. Nessa ordem das coisas, há que se assinalar — volto ao argumento — que em muitas ocasiões o extermínio, ou a marginalização, não se justificou sobre a base das necessidades do capital, e sim em virtude das restrições que derivam da natureza (Taibo, 2019, p. 153).

⁷ Zygmunt Bauman apontou que “o Holocausto nasceu e foi executado na nossa moderna sociedade racional, num alto estágio de nossa civilização e no bojo das conquistas culturais do ser humano; por essa razão é um problema de nossa sociedade, civilização e cultura”. In: BAUMAN, Z. *Modernity and the Holocaust*. Ithaca: Cornell University, 1999, p. 10. (Taibo apud Bauman, 2019, p. 152).

⁸ Theodor W. Adorno reputou ao nazismo a manifestação de uma barbárie “inscrita no mesmo princípio da civilização”. (Taibo apud Adorno, 2019, p. 152). A citação faz referência ao texto, *Educação após Auschwitz*. A citação traduzida: “Se no próprio princípio da civilização está implícita a barbárie, então repeti-la tem algo de desesperador” (Adorno, 1986, p. 1). In: ADORNO, T. W. *Erziehung nach Auschwitz*, In: —. *Stichworte; kritische Modelle 2. Frankfurt, Suhrkamp*, 1974. Trad. por Aldo Onesti. In: COHN, Gabriel (org). Coleção “Grandes Cientistas Sociais: Adorno”. São Paulo. Ática, 1986.

O argumento demográfico é central no contexto do ecofascismo, que enfatiza a redução populacional como solução. Taibo (2019, p. 154) observa que o ecofascismo se apoia em estimativas da população planetária até 2100 para justificar essa diminuição. Contudo, esses índices não são exclusivos do ecofascismo; o movimento pode adaptar-se a um cenário de colapso. Isso porque, para a defesa da redução da população global diante de uma crise geral, as mais altas instâncias políticas (como discutido no clube de *Bilderberg*, um fórum da elite global) concluíram que a única forma de salvar o planeta é através da diminuição populacional. Estaríamos, assim, diante de uma resposta biológica do capital. Para essa elite mundial, o discurso da redução demográfica é suficiente, pois a economia mundial pode ser suprida por apenas 20% da população planetária, devido aos avanços técnico-científicos, com consequências consideradas esperáveis.

Na mesma linha desse argumento, há outro que se refere às catástrofes naturais. Estas não serviram para alterar as formas de vida e de relações, mas sim para promover negócios. Nesse sentido, Taibo oferece dois exemplos: o furacão *Katrina* e a reconstrução do Haiti. Esses casos demonstram que as oportunidades de negócios são evidentes, configurando o que se denomina “capitalismo do desastre”. Tais acontecimentos são de grande interesse para uma infinidade de empresas privadas, que lucram de modo eficaz com os desastres. Como aponta Nidhi Srinivas:

O capitalismo de desastre nomeia duas características: a primeira são os desastres criados pelo próprio capitalismo neoliberal. Esforços abruptos, geralmente autoritários, de reduzir as obrigações do Estado a fim de liberar as forças de mercado deixam as sociedades mais expostas ao inesperado (Srinivas, 2015, p. 63).

A lógica do capitalismo verde enxerga o meio ambiente como um negócio. Esteticamente, isso se reflete em construções como os gigantescos edifícios de Dubai no deserto, completamente insustentáveis apesar do uso de técnicas modernas de economia de energia e recuperação de água. O ecofascismo, por sua vez, carrega em sua essência a justificativa para a eliminação dos pobres em nome da preservação do planeta. Há a possibilidade de que o ecofascismo demande um projeto político hierarquizado, liderado por indivíduos carismáticos, o que pode levar a divisões religiosas, étnicas e de classe. Para além do discurso, a obra de Taibo relaciona essas questões ecofascistas com o papel dos impérios do Norte Global e como eles buscam controlar recursos escassos em

áreas estratégicas do Sul Global. Ele menciona a dependência dos impérios em territórios dominados, que pode se tornar insustentável. Além disso, Taibo pode inserir nesse debate os desafios militares e a dissuasão nuclear.

Em relação aos países do Sul Global, destaca-se a vulnerabilidade às mudanças climáticas, o aumento nos preços de energia e os problemas sociais, que afetam particularmente mulheres, crianças e idosos. Com o aumento da degradação ambiental, ocorre, simultaneamente, a imigração em massa. Diante do exposto, os apontamentos feitos por Carlos Taibo tornam necessária a relação entre o cenário de um colapso e o que Guattari cunhou como um *movimento geral de implosão* dos três registros ecológicos. Essa implosão é uma ameaça real, caso uma práxis ético-política não seja engendrada e aplicada nos três registros ecológicos. Compreender essas dinâmicas é crucial para pensarmos em alternativas ao atual caminho. Como podemos, na prática, construir essa práxis ético-política para evitar a implosão e reverter a lógica do capitalismo verde e do ecofascismo?

Conclusão

A correspondência entre um colapso geral e o movimento geral de implosão dos três registros ecológicos não são meros sinais, nem efeitos facilmente reversíveis. Essa correspondência, na verdade, aponta para a necessidade de uma saída. Os devires que podem nos guiar para uma ou mais saídas desse movimento de implosão não são universais. Um exemplo disso é a tentativa do ecofascismo, que se apresenta como a única solução possível, operando através da captura e cristalização dos desejos no campo social. O aspecto principal da micropolítica do fascismo, além da captura e cristalização, é justamente orquestrar o nascimento e o renascimento do fascismo a partir da apreensão do desejo, contido nas relações cotidianas que permeiam tanto as linhas molares quanto as moleculares. No entanto, como aponta Guattari, “[...] o microfascismo sempre renasce, mas não necessariamente o macrofascismo” (2019, p. 135)⁹. Como escapar todo o dia e em cada relação do campo social, dessa micropolítica do fascismo que nasce diante do desejo capturado? Não deixar o desejo ser capturado, e

⁹ *Au-delà retour à zéro*. Entrevista concedida de Félix Guattari a Antonio Negri, publicada em *Futur Antérieur*, n.4. Paris: L’Harmattan, dezembro de 1990. A tradução dessa entrevista está disponível na obra: NEGRI, Antonio. Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI. Organização e tradução por Jefferson Viel. Ed. Politeia, São Paulo, 2019.

assim direcionar o desejo em prol à micropolítica do desejo é o bastante para redefinir a rota dos três registros ecológicos diante do movimento geral de implosão gerados pelo capitalismo?

A ecosofia enquanto práxis política (práxis ecosófica) é uma das saídas cruciais diante do movimento geral de implosão. Ela nos permite revitalizar a cidade subjetiva e, no campo da micropolítica do desejo, criar novos valores políticos, éticos e estéticos, distintos da subjetividade coletiva regida pelo capitalismo. Félix Guattari concebe a ecosofia não apenas como a práxis que visa transformar a vida em sua ampla multiplicidade, a partir da criação do desejo, mas também como uma práxis mutante que permite mudar a forma de fazer urbanismo, educação, psiquiatria e política. Em suma, trata-se de manter coesa a organização complexa dos três registros ecológicos — que por tanto tempo foram compreendidos e explorados de forma separada e simplista, o que levou ao achatamento das três ecologias. A práxis ecosófica pode ser, sim, uma práxis criadora diante do neoliberalismo e do fascismo. A proposta de Guattari não versa sobre uma estrutura a ser rigidamente seguida e dominada; a práxis ecosófica não se limita a direções de cima para baixo ou de baixo para cima. Ela se orienta por uma direção atípica: a transversalidade. Essa transversalidade permite uma abertura à alteridade e, principalmente, a dimensão da finitude, essencial para liberar e romper com as formas dominantes.

A práxis ecosófica, portanto, pode ser a saída para o movimento geral de implosão. Talvez a ecosofia possa vir-a-ser apreendida por outro nome. Quem sabe o que os grupelhos podem criar? O pensamento ecosófico de Guattari contemplava tantas possibilidades para fora dos moldes que conhecemos. Sobretudo, para ele, tudo pode ser criado pelos grupelhos. As dimensões que atravessam as três ecologias já estão em curso, apontando em cada alvorecer e florescer. É crucial cultivar os desejos que escapam da captura microfascista e capitalista, aqueles que insistem em produzir e serializar. Apenas conceber outras formas de vida que não sejam aquelas que embrutecem, entristecem, matam, agridem, segregam, rivalizam e saturam todos os níveis de vida, já é um passo adiante. Um passo para longe de uma catástrofe nos três registros da ecologia. Conter ou resistir ao avanço do fascismo nos permite vivenciar cada alvorecer e florescer de possibilidades de mundo, de singularidade e de multiplicidade.

Como podemos, no nosso dia a dia, aplicar os princípios da ecosofia para cultivar esses desejos que resistem à captura e, assim, contribuir para uma resingularização da vida em suas múltiplas formas?

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, L. D. *Guattari: máquinas e sujeitos políticos*. Trans/form/ação, Marília, v.43, n. 1, p. 103–126, jan./mar., 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Introdução à vida não-fascista*. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento *Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV*. Disponível em <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt, Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

_____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. *¿Qué es la ecosofía? Textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud* — ia ed. — Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015.

NEGRI, Antonio. *Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI*. Organização e tradução por Jefferson Viel. São Paulo: Ed. Politeia, 2019.

ROLNIK, Suely. *Uma ética do real*. Jornal do Brasil: Caderno Ideias/Livros, 1990.

SRINIVAS, Nidhi. *A ‘fixação’ do poder: o que os desastres podem nos dizer sobre gestão*. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*. v. 2, n. 1, p. 58–80, jun.2015, ISSN: 2447-4851.

TAIBO, Carlos. *Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo*. Tradução: Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

Recebido em: 30/01/2024

Aprovado em: 07/07/2025